

Empréstimos para pagar juros

Brasília — A proposta de realização de auditoria sobre a dívida externa brasileira, que é uma antiga bandeira do PMDB, baseia-se na suposição de que boa parte dos 105 bilhões de dólares, que hoje compõem o passivo brasileiro junto aos bancos credores, não entrou no país. Além dos empréstimos para aplicação em investimentos no Brasil, a dívida externa foi engordada por financiamentos que o país se viu obrigado a contrair para fazer frente à brutal elevação das taxas de juros verificada a partir de 1979 e à extraordinária redução das cotações dos principais produtos agrícolas exportados pelo país.

Essa questão foi um dos principais pontos do relatório "Subsídios para a renegociação da dívida externa", preparado pela comissão que elaborou a proposta de programa de governo do ex-presidente Tancredo Neves, a Copag. "Não cabe ao país a exclusiva responsabilidade pelo montante atual da dívida externa", diz o documento, acrescentando: "O que devemos hoje ao exterior é pelo menos o dobro do que deveríamos, caso não tivesse ocorrido, a partir de 1979, a forte deterioração de nossas relações de intercâmbio comercial e a volenta elevação das taxas de juros — acontecimentos de que fomos vítimas, não autores".

Dívida 30% menor

Esse ponto de vista sobre a formação da dívida externa brasileira é compartilhado pela atual equipe econômica, conforme admitiu um de seus mais importantes membros. São precisamente estes questionamentos que fundamentam a idéia de realização de uma auditoria sobre a dívida.

Outro aspecto levantado pela atual equipe econômica refere-se ao real valor da dívida externa brasileira. Oficialmente, o país deve 105 bilhões de dólares. Mas o valor efetivo dessa dívida no mercado se reduz entre 25% e 30%, segundo interpretação feita em Brasília, com base no deságio nesse valor que tem sido aplicado nas negociações entre bancos com títulos de créditos a receber do Brasil. "O valor verdadeiro da dívida brasileira atualmente, portanto, é de 75 bilhões a 80 bilhões de dólares", avalia um assessor de Funaro.

A possível decretação de uma moratória unilateral no pagamento da dívida, que até recentemente parecia inteiramente fora de cogitação, voltou à mesa das discussões, em Brasília. Pelo menos um membro da equipe econômica defende a posição de que o Brasil deveria suspender os pagamentos da dívida a partir do momento em que se iniciasse a eventual auditoria e só restabelecê-los após a concretização de um novo e amplo acordo com os bancos credores, em que fossem levados em conta os questionamentos do Brasil sobre a formação da dívida.

Diversos outros membros da equipe econômica, porém, estão convencidos de que a oportunidade de decretação da moratória já passou. "Ela deveria ter sido feita em 1982. Pagamos muito caro por não termos aproveitado a ocasião e decretado a moratória juntamente com o México. Se naquela época o Brasil tivesse um governo legítimo, a moratória teria sido feita e com isso ter-se-ia evitado todo o sacrifício provocado pelo ajustamento que o país foi obrigado a promover em sua economia", diz um dos mais destacados membros da assessoria de Funaro.